



## AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO NO CAMPO: REFLEXÕES A PARTIR DO NÚCLEO DE AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO (GWATÁ)

Agroecology and rural education: reflections from the Núcleo de Agroecologia e  
Educação do Campo (GWATÁ)

**Murilo Mendonça Oliveira de Souza**<sup>1,2</sup>, **Robson de Sousa Moraes**<sup>1,3</sup>, **Dagmar Olmo Talga**<sup>1,4</sup>,  
**Gleida Gutielle da Silva Melo**<sup>1,5</sup>, **Janiel Divino de Souza**<sup>1,4</sup>, **Eduardo Bonfim de Oliveira**<sup>1,6</sup>,  
**Adriane Martins Botelho**<sup>1,7</sup>, **Glória Patricia Piedrahita Sarmiento**<sup>1,8</sup>,  
**Lindomar Rodrigues dos Santos Júnior**<sup>1,3</sup>, **Fábio José da Silva**<sup>1,9</sup> e  
**Verônica Ferreira de Araújo Silva**<sup>1,10</sup>.

<sup>1</sup> Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ/UEG).

<sup>2</sup> Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais do Cerrado (RENAC) e GT Agrotóxicos e Transgênicos da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

<sup>3</sup> Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG)/Campus Cora Coralina.

<sup>4</sup> Essá Filmes, Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ/UEG).

<sup>5</sup> Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG)/Campus Jataí.

<sup>6</sup> Mestrando em Recursos Naturais do Cerrado pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).

<sup>7</sup> Técnica Administrativa da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

<sup>8</sup> Especialização em História e Cultura das Africanidades Brasileiras pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).

<sup>9</sup> Coordenação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)/Regional Goiás.

<sup>10</sup> Produtora Agroecológica. Centro de Desenvolvimento da Agroecologia no Cerrado (CEDAC).

**Recebido em:**  
15/08/2017

**Aceito para publicação em:**  
21/02/2018

**Correspondência para:**  
murilosouza@hotmail.com

### RESUMO

A Agroecologia tem se fortalecido como proposta paradigmática para o campo. É resultado da luta de camponeses, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Nos últimos anos outras organizações têm contribuído na discussão e fortalecimento da Agroecologia. Movimentos sociais, Organizações não governamentais, Instituições de ensino, tem se juntado na construção da Agroecologia. Nesse contexto os Núcleos de Agroecologia vêm desenvolvendo suas atividades. O desafio dos Núcleos, entre os quais se inclui o Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ), tem sido a sistematização das experiências e ações levadas a cabo. O objetivo deste texto, nesse sentido, é de apresentar experiências deste coletivo, sistematizadas a partir de diferentes caminhos metodológicos. Entre as principais experiências sistematizadas, destacamos o apoio à luta pela terra, os processos educativos e a comunicação na Agroecologia. Esperamos contribuir com o debate agroecológico a partir destas reflexões.

**Palavras-chave:** Sistematização, Comunicação, Luta Pela Terra, Campesinato.

### ABSTRACT

Agroecology has strengthened as a paradigmatic proposal for rural development. It results from the struggle of peasants, indigenous peoples and traditional communities. In recent years other organizations have contributed to the discussion and strengthening of agroecology. Social Movements, Non-Governmental Organizations, universities, has joined in the construction of agroecology. In this context the Agroecology Centers have developed its activities. The challenge of the Agroecology Centers has been the systematization of the experiences and actions carried out. This paper intends to present experiences of the Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ) from different methodological ways. Among the main systematize experiences, we highlight support for the land struggle, educational processes and communication in agroecology. We hope we can contribute on the debate of agroecology.

**Keywords:** Systematization, Communication, Land Struggle, Peasantry.

## Reconstrução histórica

A construção de qualquer processo de sistematização deve ser pensada em movimento. Uma leitura positivista dificulta qualquer tentativa de entendimento da realidade, especialmente da Agroecologia, apresentada e defendida como um novo paradigma. Nesse sentido, também a reconstrução histórica das reflexões e ações de qualquer grupo, institucional ou não, que tem na Agroecologia o seu mote de atuação, devem ocorrer considerando um projeto coletivo já iniciado e que segue adiante.

As experiências desenvolvidas com a participação do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ) estão inseridas, nessa perspectiva, no movimento pré-existente de luta popular em defesa do território e da Agroecologia. O substrato da luta, em que se inserem as experiências específicas deste coletivo, é reflexo de embates históricos realizados por povos indígenas, quilombolas, camponeses, entre várias outras comunidades tradicionais. No caso específico desta experiência, partimos da ação e reflexão no Cerrado e, mais especificamente, no Cerrado goiano.

O avanço da colonização nas terras do interior do Brasil, destacadamente a partir do século XVIII, esteve calcada de forma geral na busca pelo ouro e na violência contra os povos indígenas e escravos que acompanhavam este processo. Vários povos indígenas foram exterminados e tantos outros tiveram seus territórios tomados, o que causou, ao mesmo tempo, o desaparecimento de grande quantidade de conhecimentos construídos na convivência no Cerrado.

Além dos povos indígenas que sobreviveram à violência colonizadora de forma gradativa, paralelamente à exploração do ouro e de grandes criações de gado, foram se consolidando nesta região grupos quilombolas que fugiam da escravidão e camponeses que buscavam a posse da terra. Cada um à sua maneira, estes grupos resistiram com base em suas relações de adaptação na natureza. Como estudou de forma aprofundada Maia (2008), um exemplo que deve ser considerado é aquele representado pela luta dos camponeses de Trombas e Formoso, nas décadas de 1950 e 1960, em Goiás. Esta luta se tornou um primeiro grande símbolo da luta camponesa.

As mudanças sociais, políticas e econômicas globais, que geraram a Revolução Verde (como paradigma produtivo para o campo), representam outro marco temporal que impactou o Cerrado e seus povos. Houve, entre meados de 1960 e a década 1980, a instalação nos estados do Centro-Oeste brasileiro o pacote tecnológico baseado na expropriação das terras e territórios das populações já territorializadas, bem como no uso de adubos químicos, agrotóxicos, sementes híbridas e mecanização agrícola.

Este processo deu sequência à violência colonizadora e iniciou a intensificação dos impactos socioambientais, como: contaminação da natureza e das pessoas com agrotóxicos, desmatamento da vegetação do Cerrado, compactação de solos, aumento de formas de trabalho análogo ao escravo, assassinatos no campo e intenso êxodo para as cidades. Não foi sem razão que José Graziano da Silva chamou este período de “modernização dolorosa” (SILVA, 1982).

Os processos de resistência foram, por outro lado, gerados concomitantemente ao avanço da Revolução Verde e do capitalismo no campo. É importante destacar a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, em Goiânia/GO, e a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, em Cascavel/PR (MST, 2017). Em momentos iniciais diferentes, estas duas organizações constituíram (e ainda constituem) parte significativa da resistência camponesa e das populações tradicionais no Cerrado e no estado de Goiás, em específico.

A luta pela terra, elemento de importância central no debate da Agroecologia, se reorganiza no estado de Goiás, também, a partir da atuação da CPT, em primeiro momento, e do MST posteriormente. No município de Goiás (sede do Gwatá), por exemplo, foram criados 23 assentamentos rurais entre 1986 e 2016, com alocação de 691 famílias camponesas (INCRA, 2017). O assentamento Mosquito se tornou símbolo na luta pela terra no estado de Goiás, assim como no município de Goiás. “A fazenda mosquito foi ocupada em maio de 1985 e em 1986 fomos pra terra” (Informação verbal de um agricultor assentado, 2017).

No contexto da luta pela terra, especialmente no município de Goiás, também foi fortalecida a educação no campo. É importante registrar a criação da Escola Família Agrícola de Goiás (EFAGO) em 1992, e o início das atividades de ensino desta escola em 1994 (Informação verbal da diretora da EFAGO, 2017). Com base na pedagogia da alternância, a escola mudou a forma de pensar a educação na região, atendendo filhos e filhas de agricultores camponeses assentados. A EFAGO passou a representar um espaço de referência para o campesinato no município e no estado de Goiás. Os diferentes momentos incluídos na pedagogia da alternância, em especial, transformaram a relação teoria e prática no que se refere ao trabalho no campo. Para os processos educacionais em Agroecologia, nos diferentes níveis, a pedagogia da alternância é um forte instrumento metodológico.

A Pedagogia da Alternância proporciona dias de estudo na família e na escola, seguindo este caminho: *Primeiro lugar*: a vida do aluno/a no meio familiar, comunitário e profissional, convívio, trabalho, observação e pesquisa. *Segundo lugar*: Na EFA surge a reflexão, questionamentos, análises, sínteses, aprofundamentos, generalizações. *Terceiro lugar*: a vida do aluno/a no seu meio, experiências e novas pesquisas, observações e questionamentos (PINTO e NASCIMENTO, 2017, p. 3).

Em seguida à criação da EFAGO, mas sem adotar a pedagogia da alternância, foram criadas as escolas polo no município de Goiás, também a partir dos anos 2000. São quatro escolas municipais de ensino básico (Holanda, Vale do Amanhecer, Terezinha de Jesus Rocha e Olimpya Angélica de Lima) que atendem aproximadamente 400 estudantes (SOUZA e COSTA, 2013). Com exceção da Escola Vale do Amanhecer, todas as demais estão localizadas em área de assentamento rural, atendendo, em sua maioria, filhos e filhas de camponeses assentados.

O conjunto de ações que passam a compor um coletivo de organizações sociais a partir dos anos 1990, no município de Goiás e região, é bastante variado. A Pastoral da Saúde e Casa do Agricultor Familiar Dom Tomás Balduino, que assumiram um trabalho com saúde popular das populações do campo; a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Município de Goiás e região (COOPAR), que tem construído caminhos de comercialização solidária; além das instituições de ensino superior que passaram a compor este conjunto com atividades pontuais a partir dos anos 2000. Destaque para a criação da primeira turma de Direito para beneficiários da Reforma Agrária, em 2007, no Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG). A turma, além de inaugurar as ações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) no município de Goiás, aprofunda vários debates sobre a questão agrária no estado de Goiás.

A partir de 2010, o Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ) entra nesse “rio do tempo”. O Núcleo é constituído formalmente com a aprovação do projeto “Agroecologia e Educação do Campo: pesquisa, ação e reflexão a partir das escolas do campo no município de Goiás – GO” no edital 58/2010 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Além da criação do próprio Núcleo de Agroecologia, o projeto permitiu uma aproximação inicial com o contexto da discussão das questões do campo no município e na região.

Em 2011, este projeto teve início em parceria mais próxima à Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma aproximação com as escolas do campo no município. Iniciou-se a construção de práticas educativas com estas escolas, sendo as discussões relacionadas ao campo como centro de debate. O trabalho nas escolas tem envolvido, desde então, a formação participativa de estudantes, professores e representantes da comunidade do entorno das escolas. Esta ação permitiu um diálogo que aproximou a escola da comunidade no debate da Agroecologia.

Em 2012, o Núcleo iniciou participação da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, com a inserção no Comitê Goiano da Campanha. O problema dos agrotóxicos no estado de Goiás cresceu, a exemplo do país como um todo, de forma acelerada. Nesse sentido, a discussão sobre a Agroecologia, pensada na perspectiva da contradição da lógica dialética, deve passar, também, pelo questionamento do agronegócio, da indústria e do mercado de agrotóxicos.

A atuação do coletivo na Campanha se intensificou a partir de 3 de maio de 2013, quando uma aeronave agrícola pulverizou mais de 100 crianças e adolescentes na Escola Municipal São José do Pontal, no município de Rio Verde, com o agrotóxico *Engeo Pleno*. O acompanhamento deste caso, iniciado com a produção do filme “Pontal do Buriti: brincando na chuva de veneno”, ocorreu também a partir da ação do Cerrado Assessoria Jurídica Popular. A partir daí o debate sobre os agrotóxicos e todos os seus impactos socioambientais passou a representar um dos focos principais do Gwatá.

Ainda no debate em torno dos impactos causados pelo agronegócio, o Núcleo iniciou, a partir de 2013, um trabalho específico, em pesquisa, ensino e extensão, sobre a questão da água. Tendo como área de estudo a bacia hidrográfica do Rio Vermelho, situada no noroeste goiano, temos levantado e organizado informações/dados sobre precipitação e vazão, considerando os processos de estresse hídrico dos últimos anos. No mesmo movimento de ações temos realizado processos formativos e ações concretas de recuperação de nascentes no município de Goiás e região, assim como denúncias e diálogos com representantes do poder público municipal e Ministério Público.

O processo de formação popular em agroecologia, na contramão dos impactos do paradigma gerado pela Revolução Verde, também tem representado um espaço importante na atuação do Gwatá e do conjunto de organizações parceiras. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), por exemplo, desenvolve a Escola Diocesana de Agroecologia desde 2011, com a formação em práticas agroecológicas de agricultores camponeses dos municípios do Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho. Entendendo a importância desta ação, o Núcleo passou a apoiá-la a partir de 2013. Desde então, temos contribuído na construção pedagógica e prática do curso, assim como no acompanhamento de agricultores camponeses em suas comunidades. Esta ação tem construído uma rede de formação com agricultores camponeses que fortalece o caminho no estabelecimento de um território agroecológico. Outros parceiros, como o Curso Técnico Integrado em Agroecologia, do Instituto Federal de Goiás (IFG)/Campus Cidade de Goiás, tem composto este projeto de formação nos últimos anos.

Também em 2014, no contexto de formação relacionada à Agroecologia, foi desenvolvida a Especialização em Direitos Sociais do Campo, pela Universidade Federal de Goiás (UFG), no qual o grupo ligado ao Núcleo foi parceiro. Este processo de ensino envolveu estudantes de diversas áreas do conhecimento e de vários estados do país. Neste curso foi estabelecido o Núcleo de Extensão e Pesquisa em Práticas Agroecológicas, que fortaleceu a rede agroecológica no município de Goiás, com ações com agricultores assentados e nas escolas do campo. No mesmo processo se fortaleceu o Observatório Fundiário Goiano (OFUNGO), também da Universidade Federal de Goiás (UFG)/Regional Goiás.

Em 2015 iniciamos dois cursos de formação em Agroecologia. O primeiro de Especialização em Educação e Agroecologia, pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) e o segundo pela mesma instituição no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Técnico em Agroecologia. O Curso de Especialização em Educação e Agroecologia formou 30 profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Teve como objetivo central estabelecer processos educacionais com professores das escolas do campo, mas também com técnicos que atuam na Assistência Técnica e na Extensão Rural em Goiás.

O Curso Técnico em Agroecologia esteve inserido no Projeto Juventude e Agroecologia, aprovado pela chamada 19/2014 do CNPq e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no âmbito do PRONERA. Este curso, realizado na perspectiva da pedagogia da alternância, formou 45 jovens em Agroecologia. A discussão sobre a questão da juventude rural, assim como a formação de jovens em práticas agroecológicas foi central no desenvolvimento do projeto. Destacamos nesse processo, além da formação em si, o processo de construção de um currículo para formação em Agroecologia, que inclui desde a base técnica agrônômica até concepções de Arte em Agroecologia.

O movimento histórico onde se inseriram todas estas atividades foi também composto por várias outras. Essas são, portanto, parte das ações que em nossa compreensão foram importantes na construção do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ). Reforçamos que o Gwatá se insere espacial e historicamente em um processo já em construção, composto por uma diversidade de sujeitos e organizações que tem lutado pelo estabelecimento de um movimento de transição

agroecológica e consolidação de um território agroecológico. Esse movimento processual que buscamos sistematizar e para o qual apresentamos em sequência os caminhos metodológicos percorridos.

### Caminhos metodológicos

A sistematização foi realizada a partir de elementos processuais na atuação do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ), assim como dos parceiros que compõem esse coletivo. Destacamos que a base estruturante, tanto para atuação do grupo como para a sistematização, tem sido a perspectiva político-filosófica da dialética, que faz a leitura e análise da realidade concreta considerando seu movimento constante e as unidades contraditórias aí imersas (KONDER, 2008). No mesmo sentido, ressaltamos que as informações apresentadas aqui resultam de diferentes momentos e experiências do grupo.

Um dos principais instrumentos utilizados para a sistematização das experiências do Núcleo tem sido a produção audiovisual. Para a maioria das ações temos situado a produção de filmes e vídeos como instrumento base (TALGA, 2017). Essa ferramenta tem contribuído tanto com a sistematização de experiências como para a denúncia de questões variadas, como na luta pela terra e na questão dos agrotóxicos.

Outro instrumento metodológico levado a cabo para a sistematização de experiências pelo coletivo tem sido a realização do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Embora esta metodologia tenha também outras funções, a sua utilização tem permitido a organização de informações a partir da fala e da vivência dos sujeitos envolvidos nas atividades do grupo. Destacamos a Caminhada Transversal, o Mapeamento Participativo, o Calendário Sazonal e a Rotina Diária como ferramentas utilizadas para sistematizar ações relacionadas à Agroecologia e para promover um processo de formação agroecológica com grupos diversos. O processo é o primeiro resultado na utilização desta metodologia (SOUZA, 2016).

Por fim, utilizamos também rodas de conversa que foram realizadas com grupos de agricultores camponeses para acessar informações e sistematizar ações realizadas em outros momentos com tais grupos. Nesses momentos, também o instrumento da entrevista, para valorização da fala de cada um dos sujeitos foi importante.

As questões a serem discutidas neste texto foram selecionadas a partir das principais e mais antigas ações do Núcleo, embora várias outras tenham apresentado atividades relevantes desde a sua criação. Nesse contexto, optamos por relatar aqui a experiência relacionada ao apoio à luta pela terra, aos processos educativos em sua diversidade e a comunicação em Agroecologia. Acreditamos que estes são elementos importantes na constituição do Gwatá e importantes para estabelecermos um processo de reflexão coletivo e amplo em torno da Agroecologia.

### Resultados e discussões

#### Agroecologia é luta pela terra, luta pelo território...

A questão agrária é problema não resolvido no Brasil. Trazemos na raiz de nossa formação territorial a violência do latifúndio, da monocultura e do trabalho escravo. Por isso discutir Agroecologia é pensar a redemocratização da posse da terra e a garantia de uso dos territórios pelos povos indígenas e comunidades tradicionais. Sem reforma agrária não há agroecologia, sem demarcação de terras indígenas não há agroecologia, sem delimitação dos territórios quilombolas não há agroecologia, sem os geraizeiros, sem as quebradeiras de coco, sem os retireiros, sem as comunidades de fundo e fecho de pasto, sem tantos outros povos tradicionais, não há agroecologia.

Entendemos a importância da luta pela terra e pelo território e, por isso, situamos entre as ações do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ) o apoio aos movimentos sociais que lutam pela terra ou para garantir seus territórios. Destacamos, nesse sentido, a atuação junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), especialmente no acampamento Dom Tomás Balduino (ver vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pk-Fvq9V8Gs>) Este acampamento resultou do trabalho de base do movimento e ocupação da fazenda Santa Mônica, com sede no município de Corumbá de Goiás, com propriedade registrada no nome de Eunício Oliveira (atual presidente do Senado – 2017). A primeira ocupação da fazenda ocorreu no dia 31 de agosto de 2014 com mais de 3 mil famílias. A segunda ocupação ocorreu com mais de 2 mil famílias, em 21 de junho de 2015.

É importante ressaltar que a maior parte das famílias acampadas se caracterizava como o que uma das lideranças (e estudioso da questão agrária) conceituou como “novos camponeses”. Isto indica, entre outras questões, que temos uma nova configuração social e territorial na luta pela terra, especialmente no que se refere à relação cidade-campo. Nesse contexto, também a Agroecologia de ser refletida e praticada levando em consideração uma nova configuração, com novos sujeitos que delineiam as relações campo-cidade na conformação dos diferentes territórios (MISNEROVICZ, 2015).

A ação do Núcleo nesse sentido, para além do apoio geral na luta das famílias acampadas, buscou colocar em debate a Agroecologia como paradigma produtivo e de vida para esta nova configuração social e territorial. Debates sobre Agroecologia foram realizados com as famílias assentadas na fazenda Santa Mônica nos diferentes momentos da luta. Parte destas famílias foi pré-assentada no município de Formosa em Goiás, onde iniciaram um processo efetivo de produção agroecológica. Dividido em 3 núcleos o pré-assentamento tem permitido a reinserção produtiva de centenas de famílias camponesas.

O Núcleo também acompanhou a ocupação e estruturação do acampamento Leomar Bhorbak (ver vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=4U7Jkgmh55U>), na área da Usina Santa Helena, no município de Santa Helena, em Goiás. Nesta área, as famílias continuam acampadas em luta pela terra de trabalho. Porém, já vêm produzindo alimentos em uma perspectiva agroecológica. Essas famílias permanecem acampadas e lutando para garantir a posse da terra. A delimitação e clareza sobre os diferentes projetos de campo representados pelo agronegócio e pela agricultura camponesa são essenciais para a defesa da Agroecologia. Portanto, Agroecologia é, em suas mais profundas raízes, luta pela terra e pelo território.

### Processos educativos: pensar a agroecologia para o futuro é pensar a educação no campo hoje!

Os processos educativos, como mostrado na reconstrução histórica, foram centrais na estruturação do coletivo que participa do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ) e congrega algumas das principais experiências desenvolvidas por este grupo. Destacamos nessa questão, os diferentes elementos de formação que movimentam os processos educativos, que abrangem desde o ensino básico e técnico, passando formação de agricultores camponeses e chegando à educação superior.

As ações e reflexões em Agroecologia desenvolvidos nas escolas de ensino básico, pelo coletivo do Núcleo Gwatá, constituíram uma importante experiências para o grupo, desde que estiveram situadas nos primeiros anos de nossa atuação. A relação Agroecologia e Ensino é, nesse sentido, uma das linhas principais do grupo. A atividade foi iniciada em 2011, com envolvimento de 4 escolas municipais de ensino básico: Escola Municipal Olimpya Angélica de Lima, Escola Municipal Holanda, Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha e Escola Municipal Vale do Amanhecer (figura 1). As três primeiras são escolas consolidadas em áreas de assentamento rural e a última em região de comunidade de pequenos agricultores e agronegócio.

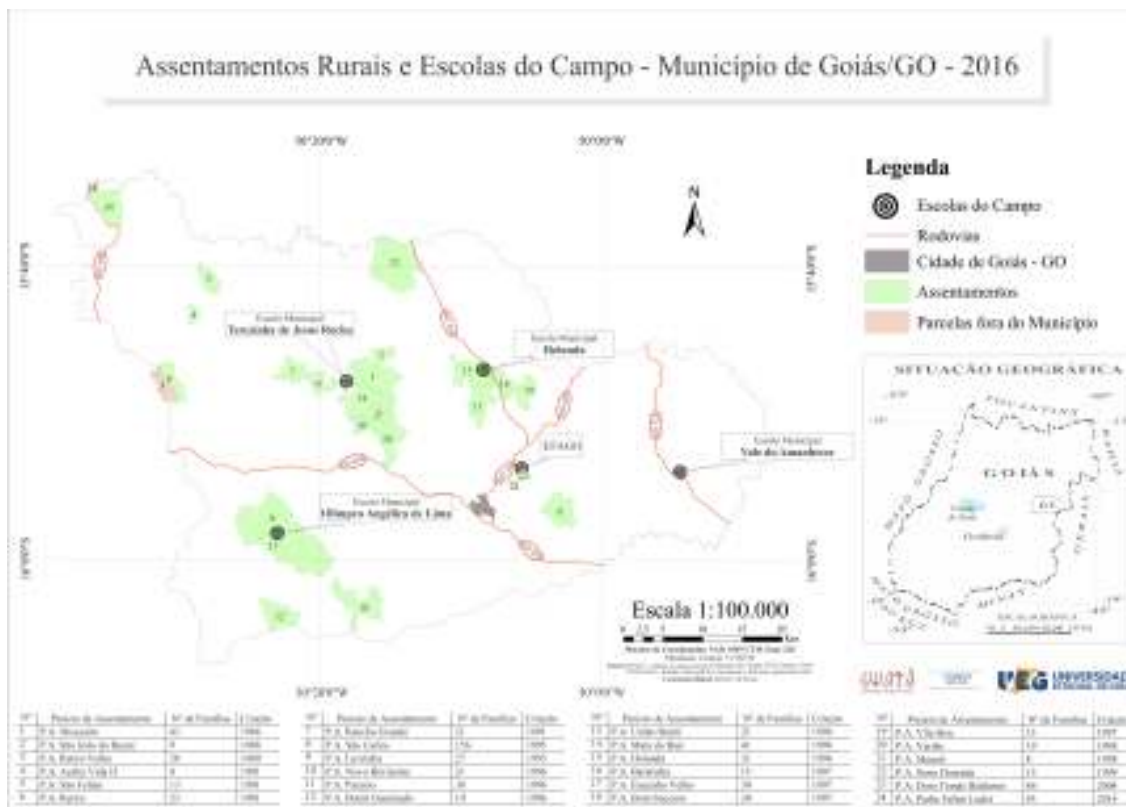


Figura 1. Mapa de localização dos assentamentos e escolas do campo no município de Goiás, 2016.

O trabalho nas escolas assumiu as seguintes linhas: formação/diálogo com os estudantes sobre temáticas relacionadas à Agroecologia e realização pedagógica de práticas agroecológicas, formação com professores em Agroecologia, formação participativa com a comunidade do entorno das escolas.

Os processos de ensino realizados com os estudantes seguiram uma lógica inicial de fortalecimento da história de luta pela terra e entendimento de sua relação com o ambiente natural e social, no qual a escola está inserida. Uma atividade importante, nesse sentido, foi a realização de um Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Entre as técnicas desenvolvidas situamos o mapeamento participativo e a caminhada transversal.

O mapeamento participativo realizado na Escola Municipal Olimpya Angélica de Lima em 2011 (figura 2), com participação de estudantes, professores e representantes da comunidade, foi pautado no resgate da história de luta e no desenho do território que congrega a escola, considerando questões produtivas, relações de trabalho e de poder.



Figura 2. Aplicação de técnica de Mapeamento Participativo, Escola Municipal Olimpya Angélica de Lima, 2011.

Esta e outras atividades de diagnóstico realizadas tiveram função também processual no diálogo sobre o território, a educação do campo e a Agroecologia. As escolas no campo são instrumentos essenciais para a construção do paradigma agroecológico. O fortalecimento das relações internas entre escola e comunidade permite discutir a Agroecologia em uma perspectiva territorial (ROSSET e MARTÍNEZ TORRES, 2016), na qual a escola é um ponto de referência.

Com relação ao trabalho com os estudantes, nos últimos anos, fortalecemos a formação específica com temáticas agroecológicas (figura 3). Foram construídas estufas para produção de hortaliças orgânicas, canteiros de mudas de espécies do Cerrado e comerciais, lavouras de milho crioulo, mandioca, entre outras. A partir de cada uma destas atividades construímos um diálogo com os estudantes sobre Agroecologia, tendo como ponto de partida a escola, mas como ponto de chegada a comunidade.



**Figura 3.** Formação em agroecologia com estudantes, Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha, 2016.

Nas ações com as escolas do campo realizamos também um processo de formação com professores. Neste sentido, foi desenvolvido curso para formação de educadores em Agroecologia. Trabalhamos neste processo com a construção de uma nova base curricular que buscasse identificar nas disciplinas regulares elementos para trabalhar a Agroecologia, mas, ao mesmo tempo propusesse uma base curricular específica para a Agroecologia. O ensino nas escolas deve estar conectado com a realidade vivenciada por estudantes em seus respectivos territórios.

Complementarmente, no sentido de aproximar a comunidade da escola, foram desenvolvidas, ainda, atividades de formação com pais e mães de estudantes e outros membros dos assentamentos do entorno das escolas. Os processos formativos, neste caso, estiveram relacionados a diferentes temáticas, relacionadas com as características e demandas locais. O foco principal foi dado à discussão de práticas agroecológicas e da produção sementes crioulas de milho e outras espécies.

Outro momento importante entre os processos educativos foi a realização do Projeto Juventude e Agroecologia: formação participativa de jovens em práticas agroecológicas no Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho (2015-2016). Teve seu início efetivo em março de 2015, com a formação da equipe executiva e estabelecimento de parcerias para execução da proposta inicialmente estabelecida.

Com a equipe formada e parcerias estabelecidas, e em diálogo com os representantes do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a estrutura do projeto foi organizada, compondo 2 (dois) Cursos de formação em Agroecologia, seguindo a perspectiva da Pedagogia da Alternância, a saber: Curso Técnico em Agroecologia e Curso de Extensão Tecnológica em Agroecologia. O primeiro com objetivo de formar jovens (15 a 29 anos), em nível pós-médio, como técnicos em Agroecologia e o segundo, objetivando uma formação extensionista de jovens rurais (15 a 29 anos) em práticas agroecológicas. Este curso atingiu uma carga horária total de 2.300 horas, considerando 1.580 horas em Tempo Escola e 720 horas em Tempo Comunidade, divididas em 14 encontros presenciais.



O processo de formação foi bastante intenso e destacamos como um dos pontos fortes a realização de uma articulação com grupos diversos para execução do projeto. Pedagogicamente, é importante dar destaque a realização de Projetos de Vivência durante o tempo comunidade (figura 4). Estes projetos, parte integrante do Curso Técnico em Agroecologia, foram desenvolvidos na perspectiva agroecológica.



**Figura 4.** Projetos de Vivência, Curso Técnico em Agroecologia, Buritinópolis/GO, 2016.

Os projetos de vivência possibilitaram o desenvolvimento de experiências agroecológicas com envolvimento da comunidade de cada um dos estudantes do Curso Técnico em Agroecologia. Situamos em destaque o processo de recuperação de nascente desenvolvido como Projeto de Vivência por grupo de educandos da comunidade de Santa Rita, no município de Buritinópolis, nordeste de Goiás. Este grupo iniciou durante o Curso o processo de recuperação de uma nascente em sua comunidade e estabeleceram, ao mesmo tempo, o processo produtivo de mel.

Os outros Projetos de Vivência desenvolvidos apresentaram ações em torno de temáticas diversas da Agroecologia, consolidando uma formação multidisciplinar, incluindo: produção e seleção de sementes crioulas, produção agroecológica de frutas, relações de gênero, alimentação alternativa em avicultura, olericultura agroecológica, cultura popular e agroecologia, entre outras. Acreditamos que a formação em Agroecologia na perspectiva da Pedagogia da Alternância permite a construção de processos dialéticos de transição, transformando em movimento produção e vida.

### Comunicação contra-hegemônica e agroecologia

A comunicação na sociedade é um processo que envolve a troca de informações e utiliza os sistemas simbólicos como suporte para este fim, como avalia Talga (2017, p. 22) nesse sistema “[...] encontramos na mídia um meio de extremo poder e de manipulação de opiniões, que, através do processo de construção da notícia, apresenta ao seu público/consumidor uma representação da realidade”. Uma realidade existente apenas nos interesses de uma determinada empresa midiática, ou entre seus profissionais de carreira.

A sociedade midiaticizada ainda se encontra distante de processos comunicacionais mais plurais e verdadeiramente democráticos (MAINIERI, 2016). Neste processo uma infinidade de maneiras de se comunicar está envolvida, como por exemplo, pessoas tendo uma conversa face a face ou por meio de gestos com as mãos, mensagens enviadas utilizando a internet, a fala e a escrita, o que permite interagir com as outras pessoas e trocar informações.

Assim como os direitos sociais, econômicos e culturais significaram um avanço da liberdade rumo à igualdade, o direito a comunicação e a informação também são direitos humanos fundamentais. Nesse sentido, o discurso sobre o direito à comunicação tem sido apropriado de forma progressiva por atores sociais que atuam em diversos campos dos direitos humanos, como a educação, a saúde, os direitos de igualdade de gênero e racial, o direito a terra, entre outros. Embora alguns autores como

Galeano (2012) e Canclini (2013) qualifiquem o direito humano à comunicação como direito de acesso ao espaço público, julga-se que a melhor forma de definir o direito humano à comunicação seja qualificá-lo como o direito à participação, em condições de igualdade formal e material, na esfera pública mediada pelas comunicações sociais, eletrônicas e agora digitais.

O Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ) tem buscado, desde sua criação, embasar-se em diversas formas de conhecimentos em comunicação. Com traços questionadores, o propósito fundamental do Núcleo foi destituir a violência simbólica exercida pela comunicação capitalista existente em múltiplas frentes na sociedade. Uma comunicação comunitária, mais alternativa e popular, para uma mudança social e uma contra-comunicação, em processos participativos e dialógicos, que são transversais a todos os eixos que permeiam o Núcleo em suas discussões.

Dentre as várias frentes de comunicação exercida pelo Núcleo a partir dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos, está a comunicação com as populações do campo, onde as trocas e os saberes populares nos processos vivenciados retratam desta maneira, as experiências de construção do conhecimento e as reflexões da conjuntura da sociedade atual. Outra frente importante está na publicação de livros, artigos em revistas, organização de eventos, palestras, grupos de discussões, encontros, feiras e debates, realizados no município de Goiás e região, nacional e internacionalmente.

O Núcleo tem em parceria com a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e com a Fundação Dom Abel, um programa de rádio intitulado “Voz Ativa”, que é transmitido ao vivo todas as sextas feiras na Rádio Treze de Maio FM, discutindo uma diversidade de assuntos, comandado por professores e estudantes de diversos cursos da Universidade.

Destacamos também a participação efetiva nas Campanhas nacionais Contra os Agrotóxicos, em Defesa do Cerrado e Fórum Alternativo da Água, nos quais o Núcleo está presente diretamente na construção e elaboração das atividades e ações desenvolvidas e articulados pelas campanhas no Brasil, com atuação destacada na definição de estratégias de comunicação.

Outra importante frente de participação está na parceria do Núcleo com o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), tendo assumido entre muitas atividades desenvolvidas no festival, na edição de 2017, a Assessoria do Fórum Ambiental, oficinas de Meio Ambiente, a II Tenda Multiétnica – Povos do Cerrado (UEG/SEDUCE) e a Mostra de filmes UEG/FICA.

A produção audiovisual do GWATÁ e da ESSÁ Filmes representa também uma forma contínua de luta e resistência frente ao modelo neoliberal de informação. Os filmes e vídeos produzidos podem ser visualizados no canal “Essá Filmes” no youtube.

Destoando de narrativas de um cinema burguês, altamente concentrado em megacorporações mundiais e que concentra a propriedade dos meios de produção, circulação e exibição, a possibilidade do outro e independente expressar-se no cinema contradiz as relações impostas pelo capital do entretenimento. Segundo Bernardet (2003, p. 34), no livro “Cineastas e Imagens do Povo” sempre se falou em colocar o povo na tela, mas nunca se questionou a dominação dos meios. “[...] Os cineastas prefeririam resolver a questão imaginando-se os porta-vozes ou representantes do povo ou até mesmo a expressão da consciência nacional”. O campo cinematográfico capitalista resume-se pela relação de dominação daqueles que possuem meios de produção sobre aqueles que não têm.

Para Noventa (2013) da Companhia de Estudo de Cena e do Coletivo de Vídeo Popular, em entrevista à revista Carta Maior para o jornalista Gérson Trajano, no artigo intitulado “Cinema e luta de classes”, em Matéria publicada em 18 de setembro de 2013, “[...] fazer cinema implica uma relação direta com a questão da luta de classes. E o modelo atual de sociedade pautada pela exploração do homem pelo homem, evidencia bem isso”.

O cinema como um meio de expressão e comunicação dos homens e mulheres que vivem na sociedade contemporânea tem uma relação enorme com a luta de classes uma vez que vivemos em uma sociedade de classes, uma sociedade dividida entre a

classe dos donos dos meios de produção, a burguesia, e dos que vendem sua mão de obra, os trabalhadores, e dos excluídos dessa sociedade (NOVENTA in TRAJANO, 2013, não paginado).

De acordo com Noventa (2013, não paginado) dentro desse contexto na sociedade, o inimigo comum é a burguesia e a sua lógica mercantilista da vida, que segundo o cineasta são um dos elementos dinâmicos do capitalismo. “[...] A lógica burguesa e seus agentes tratam a arte como mercadoria determinando seu valor pelo sucesso ou fracasso de sua venda”.

Em contraste, portanto, ao cinema corporativo, colonizado, o Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ) inicia no final de 2012 sua experiência no trabalho audiovisual com narrativas de sujeitos do campo e da cidade em suas profundas desigualdades socioeconômicas e culturais. O coletivo audiovisual seguiu produzindo a princípio o curta “Escolas do Campo”, sobre um projeto de pesquisa nas escolas do campo no município de Goiás.

Em seguida a produção do filme juntamente com a Campanha Nacional Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, “Pontal do Buriti: brincando na chuva de veneno”, que expôs o crime da pulverização aérea em maio de 2013, do veneno Engeo Pleno da Syngenta, feito por uma aeronave da empresa Aerotex - Aviação Agrícola Ltda., sobre a Escola Municipal Rural São José do Pontal, na área rural do município de Rio Verde/GO. O crime contaminou aproximadamente 100 pessoas, entre crianças, adolescentes e adultos, que estavam na área externa do prédio no horário do recreio.

Logo em seguida várias produções de curtas foram realizadas em parceria com o curso de Especialização em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária (UFG), com a Comissão Pastoral da Terra (CPT - regional e estadual), Escola Família Agrícola (EFAGO), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em 2015 juntamente com a Comissão Dominicana de Justiça e Paz do Brasil foi produzido o filme “Araguaia”, sobre a Guerrilha do Araguaia e em 2016 foi lançado em parceria com mais de 50 entidades que compõem a Campanha em Defesa do Cerrado o filme “Sertão Serrado”. A produção de filmes e vídeos continua representando, entre as ações do Núcleo, uma linha central de atuação.

As produções audiovisuais do Gwatá, em parceria destacada com o Essá filmes, têm como objetivo construir instrumentos políticos, sociais e culturais a partir das produções cinematográficas. Norteia, assim, outras formas de comunicação, num desafio de comunicar sua importância, transcendendo a argumentação econômica, cultivando diálogos de proximidade, de parcerias com as populações rurais e urbanas, mas, sobretudo, implica em superar a resistência de ouvir o modo do outro, nos processos educativos, na luta pela terra e numa juventude agroecológica.

## Considerações finais

Os processos de sistematização são essenciais para promovermos o fortalecimento da Agroecologia. Os Núcleos de Agroecologia têm contribuído, quando imersos em um coletivo que luta pela transformação social no campo, para a consolidação do paradigma agroecológico. As experiências construídas a partir do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ) são parte de ações coletivas, historicamente realizadas na resistência à expropriação do território por um modelo de produção (o agronegócio) que degrada a natureza e violenta as pessoas.

A construção de um novo paradigma, com base na Agroecologia, é urgente e necessário. Esperamos que experiências como as desenvolvidas em diferentes espaços de luta pelo país, no movimento da transição agroecológica, sejam sementes de mudança e libertação.

## Referências

BERNARDET, J. **Cineastas e imagens do povo**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

- CANCLINI, N. G. **Leitores, espectadores e internautas**. Tradução: Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2018, (1. Reimp., 2013).
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Os assentamentos em Goiás**. Disponível em: <<https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/#norte>>. Acesso em: 09 ago. 2017.
- KONDER, L. **O que é a dialética?** 28 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos)
- MAIA, C. L. **Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em trombas e formoso 1950/1960**. 2008. 275 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Ciências Humanas de Filosofia, Goiânia, 2008.
- MAINIERI, T. **Um peso, duas medidas: desvelando a comunicação pública na sociedade midiaticizada**. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.
- MISNEROVICZ, J. V. **A territorialização do capital e os novos sujeitos da questão agrária brasileira na contemporaneidade**. 2016. 166 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás – Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia, 2016.
- MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Nossa história**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- PINTO, A. M. P.; NASCIMENTO, C. G. **EFAGO e circo da comunicação: na construção de uma educação inclusiva**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=EFAGO+E+CIRCO+DA+COMUNICA%C3%87%C3%83O&oq=EFAGO+E+CIRCO+DA+COMUNICA%C3%87%C3%83O&aqs=chrome..69i57.109j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 05 ago. 2017.
- ROSSET, P. M.; MARTÍNEZ TORRES, M. E. Agroecología, territorio, recampesinización y movimientos sociales. **Estudios Sociales: revista de investigación científica**, v 25, n 47, p. 275-299, enero-junio 2016.
- SILVA, J. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.
- SOUZA, M. M. O. Metodologias participativas em extensão universitária: o Diagnóstico Rural Participativo (DRP). In: SOUZA, M. M. O.; CARVALHO, G. O. (Org.) **Extensão universitária: metodologia e experiências**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2016. p. 47-66.
- SOUZA, M. M. O.; COSTA, A. A. Educação do campo e agroecologia: perspectivas a partir das escolas no/do campo no município de Goiás-GO. **Brazilian Geographical Journal**, v. 4, p. 351-373, jul.-dez 2013.
- TALGA, D. O. **Comunicação e luta pela terra em Goiás: estudo a partir do acampamento Dom Tomás Balduino**. 2017. 246 p. Dissertação. (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2017.
- TRAJANO, G.. Cinema e luta de classes. **Revista Carta Maior**. Matéria publicada em 18 de set. 2013. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cultura/Cinema-e-luta-de-classes/39/28346>>. Acesso em: 14 de ago. 2017.
-